

REDAÇÃO

REDAÇÃO

PROPOSTA 1

Você foi estudar para o vestibular na casa de um/a colega de classe em um final de semana. Lá, em meio a leituras e resolução de exercícios, você percebeu a presença de uma *empregada doméstica* trabalhando de dia e de noite. Intrigado/a, perguntou ao seu/sua colega a respeito da funcionária e foi surpreendido/a com a resposta de que ela morava em casa e era considerada parte da família. Não convencido/a, você decidiu denunciar aquela situação ao Ministério Público do Trabalho. Elabore uma **carta-denúncia** em cujo texto você: **a)** descreva uma situação testemunhada na casa de seu colega que pode ser considerada crime e **b)** argumente no sentido de defender os direitos daquela empregada doméstica. Você deve, *obrigatoriamente*, se apropriar de elementos da coletânea a seguir, demonstrando *leitura crítica* dela na elaboração de seu texto.

1. O Ministério do Trabalho e Emprego resgatou 1.443 pessoas em condições análogas à escravidão no primeiro semestre de 2023. É quase o dobro do total de 771 resgates feitos em todo o primeiro semestre de 2022. Os registros cresceram especialmente após a liberação de trabalhadores encontrados em situação degradante em vinícolas no Rio Grande do Sul, em fevereiro. Os dados oficiais sugerem um aumento de casos de escravidão contemporânea no Brasil, mas a questão é: aumentaram os crimes ou as denúncias? De fato, a fiscalização aumentou desde o início do atual governo. Até junho de 2023 foram realizadas 174 ações, contra 63 no mesmo período de 2022. Os 1.443 resgates são o maior resultado dos últimos 12 anos. (Adaptado de: "135 anos após a Lei Áurea, trabalho análogo à escravidão tem ápice em 12 anos". *Folha de São Paulo*, 03/07/2023.)

2. Saí de Belo Horizonte com 19 anos e fui para o Rio de Janeiro 3. trabalhar como empregada doméstica. Fiquei mais de 50 anos com a mesma família. A patroa providenciou meus documentos pessoais e carteira de trabalho. A carteira nunca ganhou uma assinatura. Fazia tudo na casa e levava as crianças para a escola. Vi os filhos crescerem, se casarem e até nascer um neto da patroa. Morava num condomínio fechado e passava o tempo todo fazendo o serviço da casa. Não podia parar para sentar, a patroa reclamava. Na hora de dormir, eu colocava um colchonete no chão do escritório. Não reclamava, porque eu não tinha outro lugar para morar. No começo, a dona da casa era boa pra mim, comprava minhas roupas. Nunca tirei férias na vida e também não tinha salário. Ela me falava que o meu salário ajudava nas compras da casa. Quando a patroa bebia, ficava violenta, aí me batia sem motivo. Eu já não aguentava mais o sofrimento que estava passando ali. Às vezes chorava escondida nos cantos. Um dia falei tudo o que acontecia para a vizinha, que sempre me vigiava e via a patroa me xingando. Fui resgatada em setembro de 2021. (Adaptado de: SANTANA, J.; FLORA, K. "Escravidão hoje: mulheres afetadas pelo trabalho escravo lutam por indenização". Depoimento de Vera, 75 anos (nome fictício). *Folha de São Paulo*, 02/07/2023.)



LOBATO, M. *Quitutes da Tia Nastácia*. Sítio do Picapau Amarelo. Ilustração do DVD.

4. Uma herança se transfere de geração em geração. Exemplo disso é a perpetuação da escravidão "dentro dos homens", o que gera a "ralé de novos escravos" hoje em dia, ainda que, formalmente, não exista mais escravidão. O caso atual da exploração da ralé brasileira pela classe média para poupar tempo de tarefas domésticas, sujas e pesadas – que lhe permite utilizar o tempo "roubado" a preço vil em atividades mais produtivas e mais bem-remuneradas – mostra uma funcionalidade da miséria. Essa luta de classes silenciosa exime toda uma classe dos cuidados com os filhos e da vida doméstica, transformando o tempo poupado em dinheiro e aprendizado qualificador. A classe roubada, no caso, é condenada eternamente a desempenhar os mesmos papéis secularmente servis. (Adaptado de: SOUZA, J. "A criação da ralé de novos escravos como continuação da escravidão no Brasil moderno". *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, p. 84-85, 2019.)

5. Se você, "leitora amiga", não sabe como "transformar sua empregada doméstica em auxiliar responsável e amiga da dona de casa", não sabe como conseguir e manter a tão sonhada paz doméstica e, sobretudo, como "não perder na luta para não ficar fazendo o trabalho da empregada deixando de lado [seus] afazeres normais", eis aqui alguns "jeitinhos astutos" para "amaciar", "domesticar", enfim, "domar como um bicho bravo" a sua empregada. Antes de mais nada, "se sua empregada não possuir rádio próprio, forneça-lhe um"; "dê as ordens em tom calmo e firme para não despertar a fera que existe em cada um[a] de nós"; use a estimulante fórmula Nós. Por exemplo: 'hoje nós vamos comprar peixe', 'precisamos fazer faxina aqui na cozinha' [...]. Truques como esses e outros mais compõem o "guia prático da mulher independente", intitulado *A aventura de ser dona-de-casa (dona-de-casa vs. empregada)*: um assunto sério visto com bom humor, escrito por Tania Kaufmann, em 1975, com o apoio da irmã, a escritora Clarice Lispector. (Adaptado de: RONCADOR, S. *A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 136, 2008.)

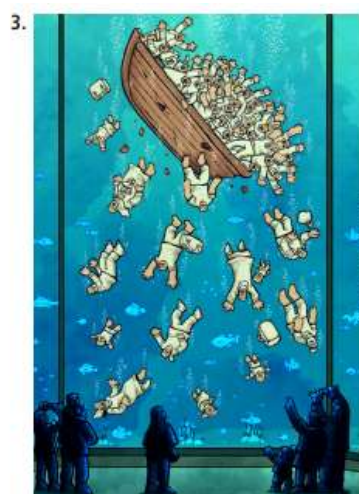
6. Dados recentemente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por ocasião dos 10 anos da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) das Domésticas, mostraram que houve retrocessos nos últimos anos nas garantias dadas à categoria de trabalhadores domésticos. "Trabalho doméstico não é favor, é uma profissão. Se hoje temos queda do número de carteiras assinadas em nossa categoria, é porque estão sonhando nossos direitos para burlar a lei. Se a elite brasileira quer ter empregados em casa, então precisa se conscientizar sobre o cumprimento dos direitos trabalhistas de quem emprega", afirma Maria Izabel Monteiro, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município do Rio de Janeiro. (Adaptado de: MIRANDA, E. "PEC das Domésticas completa 10 anos com queda no número de vagas com carteira assinada". *Brasil de fato*. 12/04/2023.)

Sua escola participa do MONUEM (Modelo de Simulação da ONU para o Ensino Médio), projeto concebido pelo Ministério das Relações Exteriores, e que tem como objetivo realizar, nas escolas da rede pública de ensino de São Paulo, simulações de rodadas de negociação entre representantes das Nações Unidas. Cada delegado representa a posição de seu país na geopolítica. Você representa a delegação brasileira e, como tal, foi escolhido/a para responder, em plenário, ao discurso do delegado da Hungria, país contrário à política de acolhimento a refugiados. Elabore um **discurso em resposta** ao delegado húngaro em cujo texto você: **a)** rebata a posição política da Hungria; e **b)** defenda o acolhimento aos refugiados em apoio às boas práticas nas relações internacionais do Brasil. Você deve, **obrigatoriamente**, se apropriar de elementos da coletânea a seguir, demonstrando **leitura crítica** dela na elaboração de seu texto.

Asilo: Instituição jurídica que visa à proteção a qualquer cidadão estrangeiro que se encontre perseguido em seu território por delitos políticos, convicções religiosas ou situações raciais. (Glossário da Câmara dos Deputados. Asilo político – Portal da Câmara dos Deputados.)

1. Refugiados são pessoas que estão fora de seu país de origem devido a temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, opinião política, ou pertencimento a um determinado grupo social, e que não pode, ou não quer, valer-se da proteção do país de origem. Ou ainda, pessoas que estão fora de seu país de origem devido a conflitos, violência ou outras circunstâncias que perturbam seriamente a ordem pública e que, como resultado, necessitam de “proteção internacional”. (“Refugiados” e “Migrantes” – Perguntas Frequentes da Agência da ONU para Refugiados – ACNUR).

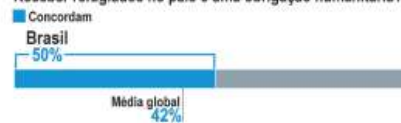
2. Em 2015 “fui o primeiro a opor-me definitivamente” à política de aceitação de refugiados, disse o primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán. “Esta abordagem pode destruir a identidade cultural da Europa. Acredito que muitas pessoas perigosas chegaram à Europa e contribuíram com o terrorismo e muitas dificuldades sociais”. Em 2022, Viktor Orbán fez declarações contra a “mistura de raças” em um discurso na região da Transilvânia, na Romênia. Disse que os húngaros “não querem se tornar um povo mestiço” e que isso se trata de uma “questão cultural”, não racial. Tais declarações geraram uma enxurrada de críticas de governos e instituições. “A posição que represento é um ponto de vista cultural, civilizacional”, afirmou o premiê. E, dirigindo-se a uma multidão, continuou: “existe um mundo em que os povos europeus são misturados com aqueles que chegam de fora da Europa. Esse é um mundo de raças mistas. E há o nosso mundo, em que os cidadãos da Europa transitam, trabalham e se movem. Estamos dispostos a nos misturar, mas não queremos nos tornar povos mestiços”, afirmou. Ele também disse que países em que europeus e não europeus se misturam “não são mais nações” nem parte do Ocidente. (Adaptado de: “Hungria diz que refugiados podem trazer terrorismo e destruir identidade europeia” – Observador, 01/09/2021 – e de “Orbán diz que discurso contra migração é ‘questão cultural’” – DW Brasil, 28/07/2022.)



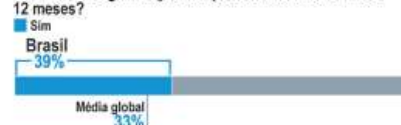
(Charge premiada em eventos internacionais na Turquia e no Brasil.)

4. Pesquisa mede percepção dos brasileiros sobre os refugiados

Receber refugiados no país é uma obrigação humanitária?



Executaram alguma ação de apoio à causa nos últimos 12 meses?



Quais foram as ações mais desempenhadas pelos brasileiros em prol dos refugiados?



(MARTINS, E. “Brasileiros veem recepção a refugiados como obrigação humanitária, mas obstáculos a acolhimento persistem”. O Globo, 20/06/2023.)

5. Art. 4º. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I- independência nacional; II- prevalência dos direitos humanos; III- autodeterminação dos povos; IV- não-intervenção; V- igualdade entre os Estados; VI- defesa da paz; VII- solução pacífica dos conflitos; VIII- repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX- cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X- concessão de asilo político. (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.)

6. A pesquisadora Cindy Huang (Center for Global Development) explica que, quando os refugiados chegam, precisam de assistência pública, mas que esse gasto é “um investimento que pode retornar ao país” porque com o tempo eles também passam a pagar impostos. “Os refugiados vão contribuir de volta em termos fiscais e econômicos tão logo eles conseguirem ser integrados ao mercado de trabalho do país anfitrião”, diz. Especialistas afirmam que casos bem-sucedidos de acolhimento contaram com governos engajados, que promoveram, por exemplo, o ensino gratuito do idioma local, a promoção do acesso das crianças às escolas, o reconhecimento das qualificações acadêmicas dos imigrantes e a redistribuição dos imigrantes dentro do país. (Adaptado de: WENTZEL, M. “Como países como o Brasil podem se beneficiar da vinda de refugiados”. BBC News Brasil, 02/09/2018.)

A prova de **Redação** do vestibular Unicamp 2024 solicitou duas propostas para que o aluno selecionasse somente uma a ser produzida.

A **Proposta 1** exigiu a produção de uma **carta-denúncia**, situada em um contexto que atribuía ao autor a máscara de um(a) jovem que presenciou uma situação de abuso contra uma empregada doméstica na casa da família de um amigo. Motivado pelo caso, o aluno deveria redigir uma denúncia ao Ministério Público do Trabalho que cumprisse exigências específicas. Para estruturar seu texto, o denunciante deveria relatar um episódio testemunhado que configurasse um crime, além de construir argumentos para embasar a delação e defender os direitos daquela empregada doméstica.

Para a construção de sua carta, o aluno deveria obrigatoriamente fazer uso produtivo dos textos motivadores apresentados. O **Texto 1** apresentou uma reportagem do jornal Folha de SP com dados estatísticos sobre o aumento dos casos de resgate de trabalhadores em situação análoga à escravidão. Já o **Texto 2** revelou um relato pessoal de uma empregada doméstica que trabalhou por mais de 50 anos em condições de violência e privação. O **Texto 3** representou, com uma ilustração, os personagens do "Sítio do Pica Pau Amarelo", de Monteiro Lobato, com destaque para a figura da "Tia Anastácia". Por sua vez, o **Texto 4** destacou um fragmento da obra do sociólogo Jessé Souza sobre a exploração promovida pela classe média brasileira como uma herança histórica. O **Texto 5** apresentou trechos de um guia dos anos 1970 produzido para orientar mulheres ricas a lidar com domésticas no cotidiano. Finalmente, o **Texto 6** reproduziu uma reportagem do jornal "Brasil de fato" sobre a queda no número de vagas com carteira assinada após 10 anos da "PEC das domésticas".

De modo geral, a coletânea de textos apresentou uma variedade de informações essenciais para o cumprimento das tarefas. Em relação à construção composicional, ainda que se tratasse de uma carta, não era necessário enfatizar marcas constantes de interlocução entre o remetente e o destinatário, tal qual é comum nas cartas pessoais. Assim, considerando que havia um distanciamento entre o denunciante e o Ministério Público do Trabalho, bastaria que o candidato deixasse claro a quem sua denúncia era endereçada, com linguagem compatível à formalidade da situação de comunicação. Por fim, mais uma vez se nota que o desempenho do vestibulando será definido pela leitura atenta às instruções e pelo uso crítico das informações dos textos motivadores para embasar os argumentos.

A **Proposta 2** da prova de Redação Unicamp 2024 solicitava ao candidato colocar-se no lugar de um aluno do Ensino Médio que participa de um Modelo de Simulação da ONU, projeto concebido pelo Ministério das Relações Exteriores. Nesse modelo/simulação, o candidato seria um aluno escolhido para atuar como delegado representante da delegação brasileira, o qual foi escolhido para responder ao delegado da Hungria, país contrário à política de acolhimento a refugiados, elaborando um **discurso** em resposta ao delegado húngaro. O candidato precisava rebater a posição política da Hungria e defender o acolhimento aos refugiados em apoio às práticas nas relações internacionais do Brasil.

O **Texto 1** trazia a definição de "refugiados" proposta pela ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). O **Texto 2** situava o candidato com relação à polêmica declaração do primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, na qual ele sustentava que o acolhimento a refugiados poderia destruir a identidade cultural da Europa e que acreditava "que muitas pessoas perigosas chegaram à Europa", contribuindo com o terrorismo e com dificuldades sociais. O texto pontuava, ainda, declarações do ministro com relação à sua oposição à "mistura de raças" e ao fato de acreditar que países nos quais europeus e não europeus se misturam "não são mais nações", nem parte do Ocidente. O **Texto 3** trazia uma charge premiada em eventos internacionais na Turquia e no Brasil representando refugiados e, o **Texto 4**, um gráfico sobre uma pesquisa a qual mediu a percepção dos brasileiros sobre os refugiados. No **Texto 5**, figurou o artigo 4º da Constituição Brasileira, o qual descreve os princípios que regem o Brasil nas suas relações internacionais. O **Texto 6**, por sua vez, trouxe a explicação da pesquisadora Cindy Huang sobre a necessidade de assistência aos refugiados, salientando que a ajuda financeira a eles despendida pode ser entendida como uma espécie de investimento o qual retorna ao país no momento em que os refugiados passam também a contribuir em termos fiscais e econômicos.

Com relação à elaboração do discurso, o candidato precisava lembrar-se da formalidade demandada pela situação de comunicação apresentada (uma reunião da ONU, na qual autoridades de diversos países estão presentes) e da questão da interlocução. Apesar de ser um discurso direcionado especificamente ao delegado húngaro, essa interlocução não precisava restringir-se unicamente a ele, mas poderia estender-se, igualmente, a todo plenário. O candidato precisava estar atento à defesa do acolhimento, atentando-se, de forma coerente, ao artigo 4º da Constituição.